

# EVOLUÇÃO E DESAFIOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS EM PORTUGAL (1883-1933)

ANA RITA DE OLIVEIRA GOMES\*

**Resumo:** *O presente artigo constitui uma síntese conclusiva da dissertação As marcas de têxteis em Portugal (1883-1933) centrando-se na análise da evolução e desafios das marcas de têxteis. Entre 1883, com a aprovação da «lei das marcas», e 1933, a evolução dos registos de marcas de têxteis foi pouco linear, refletindo as oscilações económicas e a adaptação das empresas às novas exigências legais. Com a progressiva afirmação das empresas nacionais, os industriais têxteis recorriam ao uso das marcas registadas para promover a valorização dos seus produtos no mercado interno e externo, demonstrando uma diversificação das estratégias de identidade visual. No entanto, face à crescente complexidade legal e administrativa, prevaleceram desafios inerentes à consolidação da propriedade industrial no setor têxtil português.*

**Palavras-chave:** *marcas; registos; têxteis; propriedade industrial.*

**Abstract:** *This article constitutes a conclusive synthesis of the dissertation Textile Brands in Portugal (1883-1933), focusing on the analysis of the evolution and challenges of textile trademarks. Between 1883, with the enactment of the «trademark laws» and 1933, the development of textile trademark registrations was non-linear, reflecting economic fluctuations and the adaptation of companies to new legal requirements. With the gradual consolidation of national enterprises, textile manufacturers increasingly relied on registered trademarks to enhance the value of their products in both domestic and international markets, demonstrating a diversification of visual identity strategies. However, in the face of growing legal and administrative complexity, challenges inherent to the consolidation of industrial property in the Portuguese textile sector persisted.*

**Keywords:** *trademarks; registrations; textiles; industrial property.*

## INTRODUÇÃO

A indústria têxtil portuguesa constitui um dos pilares históricos da economia nacional, apresentando uma evolução marcada por ciclos de modernização, crise e adaptação. No século XIX, assistira-se à instalação de unidades têxteis em diversas zonas do país, embora levasse muito tempo até que «a indústria portuguesa se conseguisse libertar da tradição artesanal, do trabalho manual feminino [...] da falta de capitais, da escassez de mão de obra qualificada [...] etc.» (Marques 1998, p. 86).

Apesar do fomento industrial que se começou a verificar no final do século XIX, o setor têxtil atravessou um período de transição marcado por tensões estruturais e conjunturais. A crise da década de 1890 afetou profundamente os principais centros industriais, levando a que os empresários vissem no mercado das colónias africanas a solução para a atenuação da crise por que estavam a passar<sup>1</sup>. Consequentemente, no início do século XX, observou-se uma recuperação gradual, impulsionada pelo crescimento das exportações de produtos de algodão (Lains 1995, p. 35).

---

\* Email: anagomes1014@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9074-072X>.

<sup>1</sup> Veja-se Cordeiro 2006, p. 479.

O período do pós-guerra trouxe uma nova fase de instabilidade económica que afetou o país. No início da década de vinte de Novecentos, a indústria têxtil foi marcada por uma crise de sobreprodução e de sobre-equipamento, sendo drasticamente agravada com a política deflacionista e de revalorização monetária de 1924 (Rosas 1986, p. 96). Como solução, e para atenuar os efeitos da recessão, os industriais procuraram alargar o mercado interno e reforçar o comércio colonial, encontrando algum alívio nas políticas protecionistas. Ainda assim, a Grande Depressão de 1929 afetou o país, levando à criação do Condicionamento Industrial, destinado a regular a produção e a conter a expansão fabril.

O crescimento da indústria têxtil portuguesa no final do século XIX exigiu formas de identificação e proteção dos produtos face ao aumento da concorrência interna e externa, reforçando a importância das marcas como sinal de origem e garantia de qualidade. As marcas registadas, na forma que têm atualmente, são uma criação do século XIX, que «can gain legal protection through registration» (Lopes e Duguid 2010, p. 1), desempenhando um papel essencial na distinção de produtos ou serviços, «permitindo que os consumidores, por um meio mais fácil e cómodo, identifiquem o que querem adquirir» (Almeida 1999, p. 334).

A assinatura da Convenção da União de Paris, em 1883, marcou um ponto de viragem, ao estabelecer princípios comuns para a proteção da propriedade industrial. Em Portugal, com a assinatura da Convenção, deu-se a aprovação da «lei das marcas», de 4 junho de 1883. Esta legislação dava início ao registo de marcas comerciais e industriais, dando a conhecer aos consumidores informação sobre os diferentes produtos, através do *Boletim de Propriedade Industrial*. A lei estabelecia normas gerais para o uso das marcas, determinando no artigo 1.º que «todo o industrial ou comerciante tem o direito de assinalar os produtos da sua indústria ou os objetos do seu comércio, usando de marcas especiais e distintivas» (*Diário do Governo* 1883, p. 1367).

Na década seguinte, procurou-se aperfeiçoar o enquadramento legal com o decreto de 1894 (Decreto de 15-12-1894, p. 3398), que atualizou disposições sobre as marcas de indústria e comércio. Em 1895, foi aprovado o regulamento para a execução do decreto (Regulamento para a execução do decreto n.º 6 de 15-12-1894), realçando-se a importância das primeiras tabelas de classificação de atividades económicas, sendo que os têxteis se distribuíam entre «III. Artes têxteis» e «XIX. Vestuário». Em consequência, a lei foi aprovada a 21 de maio de 1896, mantendo as normas sobre marcas industriais e comerciais. Posteriormente, a 1 março de 1901 deu-se a substituição da segunda tabela «anexa ao regulamento aprovado por decreto de [...] 1895» (Decreto de 01-03-1901), organizada em categorias, incluindo a de têxteis «VI – Fios, tecidos, tapeçarias e vestuário».

Este conjunto legislativo consolidou as bases da proteção das marcas em Portugal, acompanhando a crescente importância económica e simbólica da indústria têxtil nacional.

## 1. EVOLUÇÃO E DESAFIOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS EM PORTUGAL (1883-1933)

### 1.1. A EVOLUÇÃO DOS REGISTOS DAS MARCAS DE TÊXTEIS FACE AO CONJUNTO DAS MARCAS REGISTRADAS (1883-1933)

As marcas registadas surgiram como uma estratégia defensiva das grandes companhias empresariais para diferenciarem os seus produtos das manufaturas estrangeiras e na luta pelo mercado interno (Sáiz e Fernández Pérez 2012, p. 242). Em Portugal, com a lei de 1883, foi criado o registo de marcas para os produtos comerciais e industriais, efetuando-se cerca de 43 000 pedidos, entre 1883 e 1933, dois quais 2303 se referiam especificamente ao setor têxtil (Gomes 2023, p. 56).

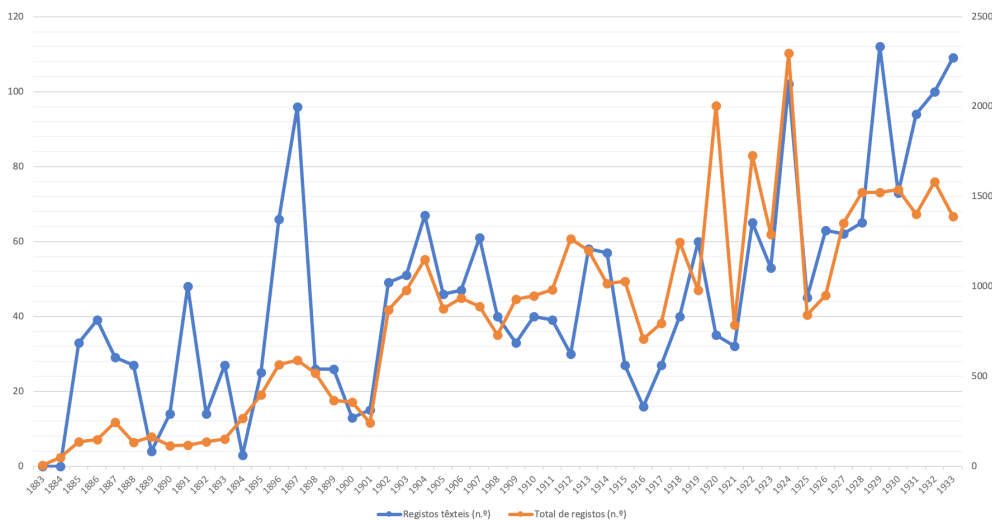
Se atentarmos na dissertação *As marcas de têxteis em Portugal (1883-1933)*, os dados apresentados sobre a evolução dos registos de marcas de têxteis face ao conjunto das marcas registadas (Gomes 2023, p. 57), são agora representados graficamente, com o objetivo de visualizar de modo imediato as variações anuais e as relações de paralelismo ou divergência entre o comportamento global do sistema de registos e do setor têxtil.

Num período de cinquenta anos torna-se difícil separar as conjunturas económicas dos registos de marcas. De uma maneira geral, a Figura 1 evidencia essa correlação: as oscilações no número de registos acompanharam os ritmos de expansão ou de retração da economia portuguesa.

Entre meados da década de 1880, a crise sentida nos diversos setores da indústria coincidiu com o início dos registos de marcas em Portugal. A título de exemplo, até se chegar à crise financeira de 1890, efetuaram-se 877 pedidos de registos de marcas, oscilando entre 4 registos, em 1883, e 244 registos, em 1887, caracterizando uma baixa intensidade de registos anuais. Por outro lado, entre 1885 e 1888, os registos de marcas de têxteis — efetuados, na sua maioria, por firmas estrangeiras — aumentaram exponencialmente, atingindo um total de 128 registos, e regredindo para os 4 registos em 1889.

Apesar das transformações da economia mundial e da adoção de uma pauta alfandegária protecionista, na totalidade dos registos de marcas, deu-se um aumento gradual de registos de marcas de têxteis, alcançando 331 pedidos, entre 1890 e 1899, podendo relacionar-se com o incremento das exportações para África (Cordeiro 2006, p. 479). Curiosamente, o ano de 1891 alcançou a maior percentagem dos registos de marcas de têxteis (41%) face ao total das marcas registadas, num período de cinquenta anos (Gomes 2023, p. 58). O mesmo se fez sentir no conjunto das marcas registadas: a partir de 1894 até 1898, o número total de registos aumentou significativamente.

Ao longo da primeira década do século XX, as curvas da totalidade de registos e dos registos de marcas de têxteis apresentaram movimentos convergentes. Denote-se que, a partir de 1899, assinalou-se uma decadência acentuada nos registos de marcas até



**Fig. 1.** Evolução comparativa dos registos de marcas de têxteis face ao conjunto das marcas registadas (1883-1933)

Fonte: *Diário do Governo* 1883-1913; *Boletim da Propriedade Industrial* 1914-1933

1902, verificando-se um aumento expressivo, embora com algumas oscilações, nos anos que se seguiram: a partir de 1902, verifica-se um incremento substancial no número total de marcas registadas.

No setor têxtil, as diversas causas da crise mantiveram-se ao longo da primeira década do século XX. Nas marcas registadas, verificou-se uma fraca representação, entre 1900 e 1901, com a soma de 28 registos nesses dois anos, tal como acontecera no Reino Unido entre 1899 e 1901, cujos «registration figures seem to reflect the initial downturn» (Duguid, Lopes e Mercer 2010, p. 11). Todavia, apesar do aumento dos anos seguintes, persistia uma fraca representação das marcas de têxteis no conjunto das marcas registadas (cerca de 7%).

A partir de 1914, as complicações causadas pela Grande Guerra manifestaram-se nas marcas de fabrico e comércio, assinalando-se um declínio nos registos totais, baixando de 1017, em 1914, para 796 registos, em 1917. Durante este período, foram efetuados 160 registos têxteis, sendo que, com a entrada de Portugal no conflito bélico, consumaram-se, apenas, 16 registos, com uma percentagem de 2% do total, o valor mais baixo, desde 1902.

Uma nova crise fazia-se sentir na década de vinte de Novecentos, mas o mesmo não se podia dizer nos registos de marcas: entre 1918 e 1924, apesar das flutuações anuais, os registos aumentaram de forma surpreendente, atingindo cerca de 2300 registos num ano. O setor têxtil mantinha-se convergente na totalidade dos registos e, entre 1920 e 1924, verificou-se um aumento assinalável, passando de 40 para 102 registos anuais.

Quanto ao mais, os finais da década de 1920 e os anos que se seguiram foram determinantes na evolução dos registos de marcas. Em 1929 — no período agudo da

Grande Depressão — apurou-se o maior número de registos de marcas de têxteis (112 registos). A partir de 1931, os registos têxteis nunca foram inferiores a 80 registos por ano, embora assumissem uma fraca representação nos registos de marcas.

## 1.2. AS DIFERENTES CATEGORIAS DE TÊXTEIS NOS REGISTOS DE MARCAS POR NACIONALIDADE

O processo de registo das marcas industriais e comerciais exigia a identificação da classe de produtos a que cada marca se destinava. Em Portugal, só em 1895, com o regulamento para a execução do decreto de 1894, se começou a delinear uma distribuição das marcas por categorias. Neste regulamento identificou-se uma tabela dedicada à classificação dos produtos, sendo que os têxteis se distribuíam por 9 classes: (tapetes), 77 (estamparia), 78 (sedas), 79 (lãs), 80 (linhos, algodões), 81 (redes), 82 (vestuário), 83 (rendas) e 85 (bordados).

Neste subcapítulo, na Tabela 1 apresenta-se uma análise dos registos têxteis entre 1883 e 1901, considerando não apenas a distribuição por classe, mas também a localização geográfica e a sede dos proprietários, de maneira a distinguir titulares nacionais e estrangeiros<sup>2</sup>.

**Tabela 1.** Número de registos de marcas de têxteis por classes e nacionalidades (1895-1901)

Classes de têxteis	Registos nacionais (n.º)	Registos têxteis (%)	Registos estrangeiros (n.º)	Registos têxteis (%)
65. <sup>a</sup>	1	0,04%	-	-
77. <sup>a</sup>	-	-	-	-
78. <sup>a</sup>	3	0,13%	33	1,4%
79. <sup>a</sup>	14	0,6%	36	1,5%
80. <sup>a</sup>	87	3,7%	7	0,3%
81. <sup>a</sup>	-	-	-	-
83. <sup>a</sup>	31	1,3%	59	2,6%
85. <sup>a</sup>	7	0,3%	1	0,04%

\* Indeterminados<sup>3</sup>: 242 registos (10,51%)

**Total: 523 registos (22,71%)\*<sup>4</sup>**

(\*valor real: 494)

Fonte: *Diário do Governo* 1883-1901

<sup>2</sup> Importa notar que alguns registos apresentavam lacunas em determinados campos, pelo que a análise não se podia limitar apenas à nacionalidade dos titulares, considerando-se, também, a sede ou localização das empresas.

<sup>3</sup> Registos de têxteis de classe indeterminada.

<sup>4</sup> Percentagem sob o número total de registos de marcas de têxteis.

Entre 1883 e 1901, foram assinalados 494 registos de marcas de têxteis<sup>5</sup>. Desde 1885 — data do primeiro registo de marcas de têxteis — e 1901, dos 494 registos, 242 correspondiam a casos indeterminados, sem especificação da classe do produto. Ainda assim, de 1883 a 1895, os registos têxteis tinham a indicação do tipo do produto a que cada marca se destinava. Não obstante, no estudo que realizamos mantivemos as referências expressas nos registos de marcas sobre as classes de cada produto.

A partir de 1895, a classe 80.<sup>a</sup> assumiu um peso determinante nas marcas de têxteis. Dos 96 registos, 87 foram feitos por empresas nacionais, repartidos por diferentes localidades, como Porto, Lisboa e Vale do Ave. A representatividade dos registos estrangeiros não foi significativa nesta categoria, atingindo uma percentagem de 0,3% face ao conjunto das marcas de têxteis. A par desta classe, seguia-se a classe 83.<sup>a</sup>, que reuniu o maior volume de registos por parte de empresas estrangeiras (57 pedidos, correspondendo a 2,6%), ao passo que os proprietários portugueses se limitaram a registar 31 marcas.

Outrossim, a influência estrangeira fazia-se sentir noutros setores da indústria têxtil. A classe 78.<sup>a</sup> contou com 36 registos estrangeiros e a classe 79.<sup>a</sup> obteve 33 pedidos por empresas internacionais, sobretudo de origem alemã. Por outro lado, as classes 65.<sup>a</sup> e 85.<sup>a</sup>, apesar do reduzido número de registos, apresentavam uma predominância clara de titulares portugueses.

Em 1901, foi decretada uma nova classificação dos produtos, dividida em nove categorias. Nesta tabela, os têxteis incluíam-se nas classes 44.<sup>a</sup> (fios e tecidos de lã), 45.<sup>a</sup> (fios e tecidos de seda), 46.<sup>a</sup> (fios e tecidos de linhos), 47.<sup>a</sup> (fios e tecidos de algodão), 49.<sup>a</sup> (roupa branca de casa e corpo), 51.<sup>a</sup> (bordados, passamanarias), 52.<sup>a</sup> (artigos de malha) e 55.<sup>a</sup> (toldos, barracas e encerados).

Entre 1901 e 1933 foram registadas 1816 marcas de têxteis, alcançando, em termos percentuais, 4,24% face ao conjunto das marcas registadas.

Durante este período, os registos classificados como indeterminados correspondiam a marcas cujo titular não possuía a nacionalidade explicitamente indicada, repartidos pelas diferentes classes<sup>6</sup>. Na sua totalidade, representavam 15,6% no conjunto das marcas de têxteis.

Desde 1901, que se observava uma clara hegemonia dos titulares nacionais nos registos de marcas de têxteis, quando comparada aos registos de titulares estrangeiros. Dentro deste conjunto, destaca-se a classe 47.<sup>a</sup> que concentrou uma representação de 14,9% (344 registos) na totalidade dos têxteis, quando comparada aos 159 registos efetuados por empresas estrangeiras. Segue-se a classe 52.<sup>a</sup>, com 231 registos, face a 63 pedidos internacionais. Não obstante, é de destacar a representação estrangeira na classe 46.<sup>a</sup>, com uma diferença de 40 registos, entre os titulares nacionais e estrangeiros.

---

<sup>5</sup> Vários registos estavam classificados com mais do que uma classe, o que eleva o total a 523 registos.

<sup>6</sup> A inclusão destes casos na análise da distribuição geográfica das empresas poderia comprometer a interpretação da análise de 1816 registos de marcas de têxteis.

**Tabela 2.** Número de registos de marcas de têxteis por classes e nacionalidades (1901-1933)

Classes de têxteis	Registos nacionais (n.º)	Registos têxteis (%)	Registos estrangeiros (n.º)	Registos têxteis (%)
44. <sup>a</sup>	112	4,8%	48	2%
45. <sup>a</sup>	69	2,9%	21	0,9%
46. <sup>a</sup>	89	3,8%	49	2,1%
47. <sup>a</sup>	344	14,9%	159	6,9%
49. <sup>a</sup>	100	4,3%	22	0,9%
51. <sup>a</sup>	111	4,8%	11	0,47%
52. <sup>a</sup>	231	10%	63	2,7%
55. <sup>a</sup>	14	0,6%	12	0,5%

\* Indeterminados<sup>6</sup>: 361 registos (15,6%)

**Total: 1816 registos (78,85%)\***

Fonte: *Diário do Governo* 1901-1913; *Boletim da Propriedade Industrial* 1914-1933

De notar que as classes com menor número de registos por titulares estrangeiros foram as classes 45.<sup>a</sup> e 49.<sup>a</sup>, com uma representação de 0,9%, respetivamente, e a classe 51.<sup>a</sup>, com uma percentagem de 0,47% face à totalidade dos registos têxteis.

Cumprе ainda assinalar que a representatividade das classes está intimamente relacionada com o número de empresas que nela operavam: quanto maior o volume de registos apresentados por certas firmas, maior a sua expressão percentual no conjunto das marcas têxteis. Este fator deve, portanto, ser tido em conta na leitura comparativa entre as categorias e a nacionalidade.

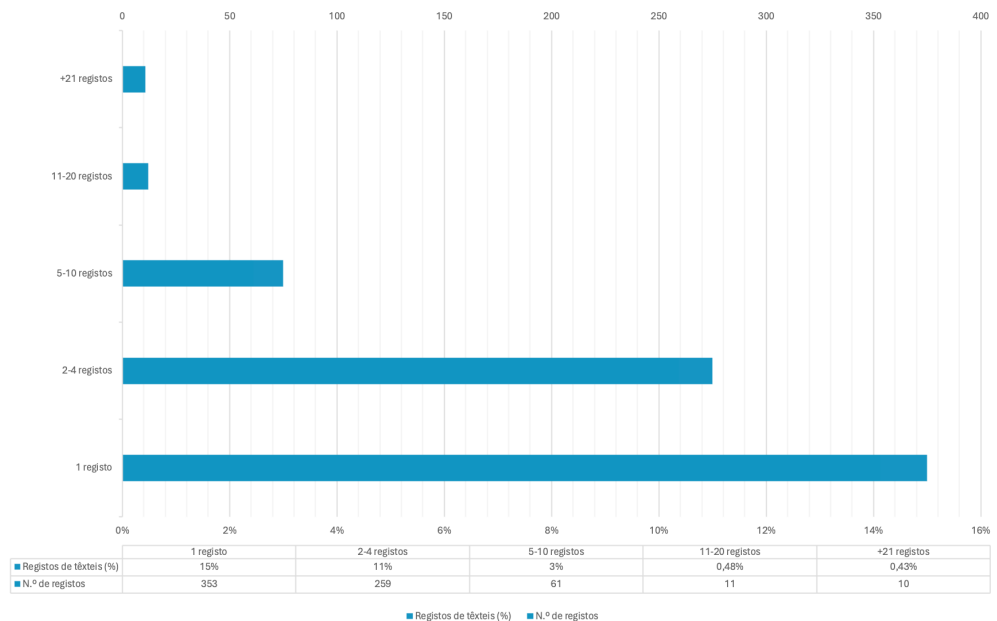
### 1.3. OS PRINCIPAIS AGENTES NO REGISTO DE MARCAS DE TÊXTEIS

O século XIX foi decisivo na consolidação e ampliação das fábricas existentes e na criação de novas unidades fabris. Este dinamismo refletiu-se no registo de marcas de têxteis, evidenciando diferentes graus de investimento por parte das empresas.

Entre 1883 e 1933, uma análise simples dos registos de marcas de têxteis revela, como seria de esperar, uma preponderância de proprietários portugueses, atingindo mais de 400 promotores, num total aproximado de 640 empresas.

Num período de cinquenta anos, a análise do número de pedidos de registos por empresa revela uma estrutura dispersa no uso das marcas de têxteis. A maioria das empresas de pequena e grande dimensão — 353 unidades — registou apenas uma marca, refletindo um perfil de utilização pontual (exemplo da Fábrica de Fiação e

<sup>7</sup> Registos de têxteis de nacionalidade indeterminada.



**Fig. 2.** Distribuição do número de registos por empresas e/ou proprietários (1883-1933)

Fonte: *Diário do Governo* 1883-1913; *Boletim da Propriedade Industrial* 1914-1933

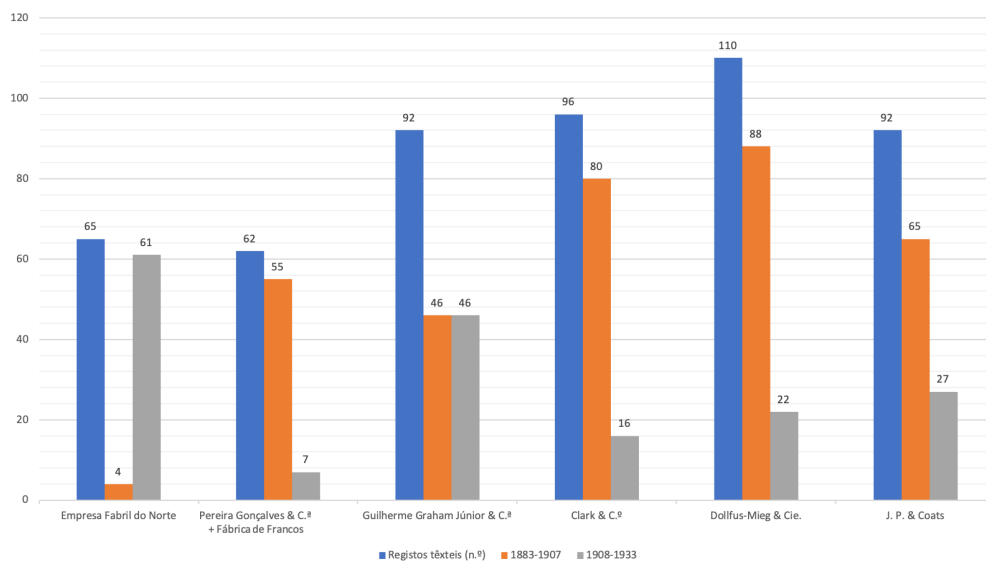
Tecidos Jacinto). A sugerir uma adoção mais consistente, um grupo intermédio de 259 empresas registou entre 2 e 4 marcas. Se aumentarmos o leque de registos, uma minoria — 61 empresas — apresentou entre 5 e 10 pedidos. Já o grupo de empresas com mais de 21 registos era extremamente restrito, abrangendo apenas 10 empresas, o que evidenciava a concentração de estratégias de marca mais intensivas.

A distribuição dos registos demonstra que tanto as grandes empresas como os pequenos proprietários podiam registar uma marca ou até dezenas. Contudo, observa-se uma tendência interessante: mesmo entre as firmas de maior dimensão, o registo de uma marca era uma prática frequente, demonstrando que o seu uso não dependia exclusivamente da escala produtiva<sup>8</sup>.

Num vasto leque de empresas que recorriam ao uso das marcas de têxteis, entre 1883 e 1933, convém realçar aquelas que procederam a um maior número de registos.

Para uma leitura mais precisa da evolução dos registos, a nossa análise dividiu-se em intervalos 25 anos, permitindo segmentar as fases de maior ou menor dinamismo no uso das marcas. No segundo intervalo de tempo (1908-1933), a Empresa Fabril do Norte assinalou um aumento expressivo com 61 registos, culminando em 1931, com o maior número de registos anuais assinalados (10 pedidos). Em lados opostos, encontrava-se a Fábrica de Francos, que alcançou uma representação significativa entre

<sup>8</sup> Exemplo da Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense, uma unidade industrial de excelência que contou, apenas, com 9 registos, de 1885 a 1913.



**Fig. 3.** Número de registos efetuados pelos maiores promotores de marcas de têxteis (1883-1933)

Fonte: *Diário do Governo* 1883-1913; *Boletim da Propriedade Industrial* 1914-1933

1883 e 1907, uma vez que, só em 1904, efetuou 30 pedidos anuais para o registo de marcas de têxteis. Nas décadas seguintes, o seu dinamismo foi regredindo, tendo efetuado o último pedido de registo em 1914. A exceção no contexto nacional é a firma de origem inglesa Guilherme Graham & Júnior<sup>9</sup>, sediada em Lisboa, que se mantém com o mesmo número de registos nos dois períodos em análise.

Numa perspetiva comparativa, Portugal assumia uma dimensão de marcas estrangeiras mais significativa do que nos registos encontrados na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos (Higgins e Tweedale 1996, p. 209), obtendo uma representatividade de 31,3% nos registos de marcas de têxteis (Gomes 2023, p. 117). Na fase inicial dos registos de marcas, a iniciativa têxtil estrangeira era muito superior à nacional, devido ao facto de já possuírem um sistema regulamentado de marcas nos países de origem. Como seria de esperar, entre 1883 e 1907, as firmas Clark & C.<sup>10</sup> e J. P. & Coats<sup>11</sup> alcançaram um número total de registos que ultrapassou em grande escala os registos portugueses. No entanto, apesar da sua hegemonia, a partir de 1908, ambos os casos revelaram um decréscimo significativo, mantendo, ainda assim, os registos de marcas ativo até 1933. À semelhança, a prestigiada firma alemã<sup>12</sup> Dollfus-Mieg, que liderou o registo de marcas de têxteis no domínio internacional,

<sup>9</sup> Importa salientar que, nos registos do *Boletim de Propriedade Industrial*, a firma Guilherme Graham & Júnior integra a Fábrica de Fiação e Tecidos da Boavista, pelo que esta última não surge de forma independente na base de dados.

<sup>10</sup> Em 1893, foram efetuados 24 pedidos anuais.

<sup>11</sup> Em 1891 foram efetuados 20 pedidos anuais.

<sup>12</sup> Note-se que, à data dos registos analisados (1897-1913), a empresa Dollfus-Mieg tinha sede em Alsácia-Lorena, território sob administração alemã.

destacou-se pelo forte impulso inicial, com 88 registos até 1907, diminuindo para 22 registos a partir do ano seguinte<sup>13</sup>.

#### 1.4. A IDENTIDADE VISUAL DAS MARCAS DE TÊXTEIS

Em Portugal, a legislação não colocava entraves à forma que a marca podia tomar. A nossa investigação possibilitou a identificação de 1195 registos com a imagem associada à marca, demonstrando regularidades e tendências consistentes. Apoiadas numa análise quantitativa, evidenciou-se múltiplas configurações visuais assumidas pelas marcas de têxteis<sup>14</sup>.

Alguns dos atributos de diferenciação utilizados com maior frequência nas imagens das marcas de têxteis foi a adoção de nomes caraterísticos. Contando com 508 registos, os nomes — onde estavam inseridas, também, as denominações de fantasia — eram destinados a promover a elegância e a qualidade do produto, ou até mesmo, o nome da firma que registava a marca. Por outro lado, no setor têxtil — mais do que nos restantes setores — o uso de imagens de animais era extremamente recorrente para demonstrar a força e a resistência do produto, sendo o leão e a águia as representações mais comuns. Inserida na mesma categoria visual, as referências mitológicas surgiam, muitas vezes, representadas com a imagem do guerreiro São Jorge e do deus Hermes.

Com uma representação de 121 registos, o público feminino era utilizado nas imagens das marcas para atrair o prestígio das mesmas, sobretudo na confeção do produto final para o consumidor. No entanto, o universo do trabalho manual, em atividades como bordar ou costurar, também estava representado nas marcas de têxteis. Denote-se que os têxteis não se destinavam, exclusivamente, ao público feminino, figurando, igualmente, imagens masculinas, como janotas ou representações de trabalho fabril.

Para além da identificação do nome das empresas, uma minoria dos requerentes — com 64 registos — optava por utilizar nos desenhos das marcas os retratos dos fundadores — de maneira a garantir a qualidade da marca — e a imagem da fábrica correspondente aos requerentes. À semelhança, com 45 registos, destacavam-se as marcas que continham medalhas alcançadas nas exposições internacionais e a referência a símbolos históricos, como a representação de D. Afonso Henriques ou das caravelas portuguesas.

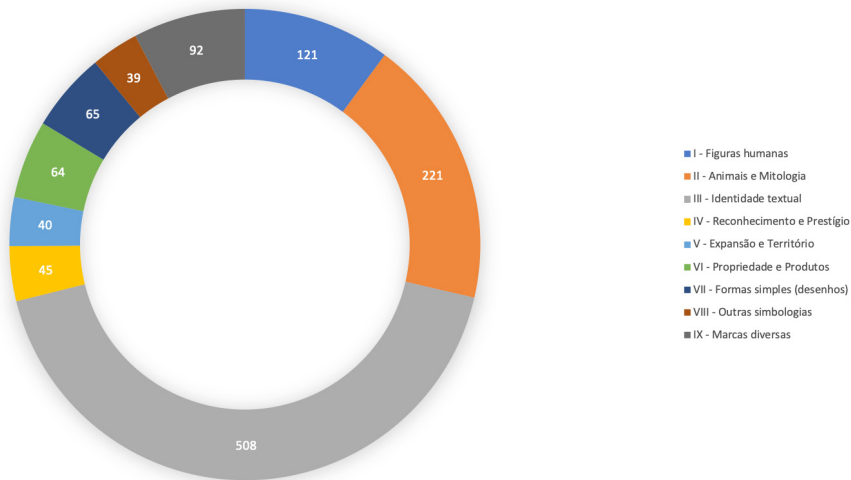
As restantes categorias, «Formas simples/desenhos», «Expansão e Território» — elementos de mercado, como internacionalização e representação colonial —, «Outras Simbologias» — representações de força e desporto — e «Marcas diversas»<sup>15</sup> apresentavam valores mais dispersos, demonstrando a variedade da forma das marcas de têxteis.

---

<sup>13</sup> O último registo foi efetuado em 1913.

<sup>14</sup> Os exemplos visuais foram omitidos por questões de extensão, mas podem ser consultados em Gomes 2023.

<sup>15</sup> «Marcas diversas» refere-se a marcas cuja imagem não está incluída em nenhuma simbologia apresentada na Figura 4.



**Fig. 4.** Distribuição quantitativa da forma das marcas de têxteis (1883-1933)

Fonte: *Diário do Governo 1883-1913; Boletim da Propriedade Industrial 1914-1933*

## 1.5. PADRÕES DE CONCESSÃO E RECUSA NOS REGISTOS DE MARCAS DE TÊXTEIS

No universo das marcas de têxteis, o processo de registo assumia uma importância determinante para a proteção jurídica dos produtos. No entanto, nem todos os pedidos apresentados obtinham aprovação, uma vez que a lei de 1896, estabelecia diferentes fundamentos que a Repartição da Propriedade Industrial podia apelar para recusar os pedidos de registo.

O campo de decisão do pedido de registo é, talvez, aquele que nos apresenta uma omissão de dados muito elevada. Como seria de esperar pela falta de informação, dos 2303 registos de marcas de têxteis, 602 pedidos foram apresentados como «concedido», 4 como «concedido se» e 97 como «recusado». Não obstante, nos pedidos de registos efetuados antes de 1896, a nossa análise permitiu-nos identificar 180 pedidos, efetuados por empresas sediadas fora de Portugal, que «obtiveram o registo e depósito nos termos do artigo 29.º da lei [...] de 1883» (Registo n.º 57 de 1885), e 4 pedidos efetuados por estrangeiros que exerciam indústria em Portugal, obtendo registo «nos termos do artigo 28.º» (Registo n.º 825 de 1889).

Antes de abordarmos os motivos de recusa, importa atentar nos registos com concessão condicionada, cuja aprovação dependia de diversos fatores como designar «o produto a que se destina» (Registo n.º 6.618 de 1903) ou provar que «pode fazer uso do apelido» (Registo n.º 16.531 de 1913) e só depois se confirmaria o registo da marca. No caso dos registos recusados, contudo, não havia um mecanismo de aprovação condicional, pelo que o pedido era indeferido de imediato.

No conjunto das marcas registadas, «existem 4300 pedidos cujo resultado conhecemos expressamente como «recusado» (Leitão 2024, p. 288). No setor têxtil,

a representação era diferente, com uma percentagem de 4% no conjunto das marcas do setor. De entre o mais recorrente, a razão de recusa mais aplicada pela Repartição aos registos de marcas era «por estar incurso no n.º 9.º do artigo 85.º [...] de 1896» (Registo 9.908 de 1907), ou seja, quando houvesse confusão com outra marca. A título de exemplo, a marca de Guilherme Graham & Júnior, com registo em março 1912, teve o seu pedido recusado em julho do mesmo ano, por se confundir com uma marca internacional e duas nacionais (Registo 14.656 de 1912). Em 1913, voltou a registar uma marca, mas que nada tinha a ver com a forma do registo recusado.

Num conjunto de oito motivos de recusa, prevaleciam registos cuja razão estava de acordo com «o artigo 258.º do regulamento [...] de 1895» (Registo 14.989 de 1912), devido à falsa proveniência do produto, como foi o caso da empresa Valdez, Valdez & Almeida, em 1909 (Registo 11.565 de 1909). Outra parte substancial referia-se a situações em que os registos que continham determinados nomes na marca não podiam ser considerados denominação de fantasia ou devido à presença de iniciais e nomes que não podiam ser de uso exclusivo do requerente.

Efetivamente, a análise dos registos de marcas de têxteis revela, como seria de esperar, a importância da legislação e da atuação da Repartição da Propriedade Industrial na proteção da identidade das marcas e da prevenção de confusão comercial, refletindo a preocupação na originalidade e exclusividade dos registos.

## CONCLUSÃO

Nesta apresentação, necessariamente breve, concluiu-se que a evolução das marcas de têxteis entre 1883 e 1933 detinha uma expressão numérica modesta face a outros ramos industriais. Com a criação do registo de marcas deu-se um marco decisivo na consolidação de mecanismos de proteção da propriedade industrial. Num período de cinquenta anos, os registos de marcas acompanharam de perto as conjunturas económicas, evidenciando períodos de retração e recuperação industrial.

Quanto foi possível analisar, no conjunto das categorias de têxteis, as empresas estrangeiras desempenharam um papel relevante nas primeiras décadas dos registos de marcas, evidenciando-se, posteriormente, uma crescente hegemonia das firmas portuguesas, até 1933. Como instrumento de distinção, confiança e competitividade, as marcas de têxteis utilizavam as imagens e denominações simbólicas para promover valores como a força, a elegância, a qualidade e o orgulho nacional. No entanto, à luz dos resultados obtidos, o processo de registo nem sempre foi linear: cerca de 4% dos pedidos de registos de marcas de têxteis foram recusados, demonstrando a crescente exigência legal para a exclusividade das marcas.

Ainda assim, o universo das marcas de têxteis ainda apresenta inúmeras possibilidades de investigação, carecendo de análises mais detalhadas que permitam desvendar a sua complexidade e relevância histórica.

## FONTES

- Diário do Governo*. Lisboa, 1883-1913.
- Diário do Governo*. 1883-06-11, (129), p. 1367.
- Boletim da Propriedade Industrial: publicação oficial da Repartição da Indústria*. Lisboa, 1914-1933.
- Decreto de 15-12-1894. *Diário do Governo*. 1894-12-17, (286), p. 3398.
- Decreto de 01-03-1901. *Diário do Governo*. 1901-03-06, (52), p. 605.
- Registo n.º 57. *Diário do Governo*. 1885-01-19.
- Registo n.º 825. *Diário do Governo*. 1889-12-03.
- Registo n.º 6.618. *Diário do Governo*. 1903-12-21, (287).
- Registo 9.908. *Boletim da Propriedade Industrial*. 1907-03, (3).
- Registo 11.565. *Diário do Governo*. 1909-03-12, (56).
- Registo 14.656. *Diário do Governo*. 1912-03-22, (68).
- Registo 14.989. *Diário do Governo*. 1912-06-28, (150).
- Registo n.º 16.531. *Diário do Governo*. 1913-09-09, (211).
- Regulamento para a execução do decreto n.º 6, de 15-12-1894. *Diário do Governo*. 1895-04-04, (75).

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Alberto Ribeiro de, 1999. *Denominação de Origem e Marca*. Coimbra: Coimbra Editora.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, 2006. *A indústria portuense no século XIX*. Tese de doutoramento em História Contemporânea, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- DUGUID, Paul, Teresa da Silva LOPES, e John MERCER, 2010. Reading Registrations: an overview of 100 years of trademark registrations in France, the United Kingdom and the United States. Em: Teresa da Silva Lopes LOPES, e Paul DUGUID, eds. *Trademarks, Brands, and Competitiveness*. Nova Iorque: Routledge, pp. 9-30.
- GOMES, Ana Rita de Oliveira, 2023. *As marcas de têxteis em Portugal (1883-1933)*. Dissertação de mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- HIGGINS, David, e Geoffrey TWEEDALE, 1996. The Trade Mark Question and the Lancashire Cotton Textile Industry, 1870-1940. *Textile History*. 27(2), 207-228.
- LAINS, Pedro, 1995. *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa: INCM.
- LEITÃO, Pedro Almeida, 2024. *Marcas registadas em Portugal (1883-1933)*. Tese de doutoramento em História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LOPES, Teresa da Silva, e Paul DUGUID, 2010. Introduction: Brands and Competitiveness. Em: Teresa da Silva LOPES, e Paul DUGUID, eds. *Trademarks, Brands and Competitiveness*. Nova Iorque: Routledge, pp. 1-8.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1998. Das Revoluções Liberais aos Nossos Dias. Em: A. H. de Oliveira MARQUES. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 3.
- ROSAS, Fernando, 1986. *O Estado Novo nos anos trinta, 1928-1938*. Lisboa: Estampa.
- SÁIZ, Patricio, e Paloma FERNÁNDEZ PÉREZ, 2012. Catalanian Trademarks and the Development of Marketing Knowledge in Spain, 1850-1946. *The Business History Review*. 86(2), 239-260.

